

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 234/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2025

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO FORNECEDOR ATIVAS DATA CENTER LTDA

Prezada Comissão de Licitação, boa tarde.

A empresa Ativas Data Center Ltda, vem tempestivamente solicitar os seguintes esclarecimentos:

1º De acordo com o item 4.2 Subcontratação É vedada a subcontratação, salvo autorização do Ciga, em conformidade com o disposto na Lei Federal 14.133/2021.

Caso seja autorizada, a subcontratação poderá ser relacionada apenas a atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias ao objeto do contrato. De acordo com o nosso entendimento o item 3 Serviços Técnicos Especializados de Infraestrutura poderá ser subcontratada pela licitante uma vez que o órgão não disponibilizou as SKUS e serviços e tecnologia que serão consumidas via USN, está correto nosso entendimento?

RESPOSTA: A subcontratação não é automaticamente autorizada, devendo ser analisada caso a caso pelo Ciga, nos termos do item 4.2 do Termo de Referência e do disposto na Lei nº 14.133/2021. Eventual solicitação de subcontratação será apreciada à luz dos requisitos estabelecidos no Termo de Referência, observando-se, em especial, o atendimento integral pela CONTRATADA às obrigações previstas no item 8.7, notadamente as alíneas "p" e "q".

Ressalte-se que, conforme o item 3.1.3 do Termo de Referência, *"a plataforma de nuvem deve obrigatoriamente incluir, mas não se limitar a, os seguintes tipos de serviços: Computação (Máquinas Virtuais Linux e Windows, Bare Metal, Balanceadores de Carga), Rede (VPN, Firewall de Aplicação Web – WAF, DNS), Armazenamento (Armazenamento de Objetos compatível com S3, Discos de Bloco de alta performance), Banco de Dados (Banco de Dados como Serviço – PostgreSQL, MySQL, etc.), Contêineres (Serviço gerenciado de Kubernetes) e Identidade (Serviço de Gerenciamento de Identidade e Acesso – IAM com suporte a MFA)"*.

Assim, a possibilidade de subcontratação do item "Serviços Técnicos Especializados de Infraestrutura" não é automática, devendo ser previamente solicitada e analisada pelo Ciga, considerando a natureza dos serviços, as tecnologias envolvidas e a responsabilidade integral da contratada pela execução do contrato.

2º De acordo com o item 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, o orçamento do item 2 se refere ao marketplace da cloud publica escolhida pela licitante do item 1, está correto nosso entendimento?

RESPOSTA: Está correto o entendimento.

3º De acordo com o item 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, a tabela do orçamento do item 3 se refere ao marketplace da cloud publica escolhida pela licitante do item 1, poderia listar quais produtos e quantidade do marketplace o órgão está analisando e utilizará durante a vigência do contrato?

RESPOSTA: O Termo de Referência não estabelece lista fechada de produtos ou quantidades específicas de marketplace, uma vez que a contratação se dá sob o modelo de **consumo sob demanda**, mensurado por meio da Unidade de Serviço de Nuvem (USN).

Nos termos do item 9.1.2, alínea "b", do Termo de Referência, *"cada serviço poderá ser associado a um fator USN, uma medida dimensional, fixa e de referência, associada a cada serviço individual do catálogo do provedor de nuvem (ex: hora de VM, GB de armazenamento), sendo o fator da USN estabelecido e publicado pelo próprio provedor, servindo como a base técnica para quantificar o consumo de cada recurso"*. Dessa forma, cabe à CONTRATADA disponibilizar a lista de fatores USN dos serviços ofertados, bem como o valor unitário global da USN, que será aplicado para apuração do consumo.

Adicionalmente, conforme o item 3.1.3 do Termo de Referência, *"a plataforma de nuvem deve obrigatoriamente incluir, mas não se limitar a, os seguintes tipos de serviços: Computação (Máquinas Virtuais Linux e Windows, Bare Metal, Balanceadores de Carga), Rede (VPN, Firewall de Aplicação Web – WAF, DNS), Armazenamento (Armazenamento de Objetos compatível com S3, Discos de Bloco de alta performance), Banco de Dados (Banco de Dados como Serviço – PostgreSQL, MySQL, etc.), Contêineres (Serviço gerenciado de Kubernetes) e Identidade (Serviço de Gerenciamento de Identidade e Acesso – IAM com suporte a MFA)"*.

Assim, a definição dos produtos de marketplace e seus quantitativos ocorrerá conforme as demandas que vierem a ser apresentadas pelo Ciga ao longo da vigência contratual, observadas as métricas e os limites estabelecidos no Termo de Referência.

4º De acordo com o item 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, é do nosso entendimento que caso o órgão (CIGA) ultrapasse o consumo detalhado da tabela do item 9 do edital o mesmo se responsabilizará em pagar o overage (excedente do consumo) de forma mensal. Está correto nosso entendimento?

RESPOSTA: O consumo dos serviços será acompanhado mensalmente pelo fiscal e pelo gestor do contrato, com base nos relatórios de utilização apresentados pela contratada. Na hipótese de eventual extrapolação dos quantitativos estimados, a continuidade dos serviços e a regularização do consumo excedente serão tratadas mediante a formalização dos competentes ajustes ou aditivos contratuais, observando-se rigorosamente a legislação vigente e os limites legais aplicáveis.

5º De acordo com o item 10.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. É de nosso entendimento que a Licitante poderá apresentar atestado

de qualquer cloud publica que atenda os pré requisitos do edital. Está correto nosso entendimento?

RESPOSTA: Sim. A licitante poderá apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que comprove a execução de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, independentemente do provedor de nuvem pública utilizado, desde que este atenda aos requisitos estabelecidos no edital e no Termo de Referência.

Nos termos do item 8.7, alínea "p", do Termo de Referência, *"a contratada deverá comprovar experiência na prestação de serviços de computação em nuvem compatíveis com o objeto da contratação"*, sendo suficiente, portanto, a apresentação de atestados que demonstrem a aptidão técnica para execução de serviços de nuvem pública que atendam aos pré-requisitos definidos no instrumento convocatório.

6º A exigência de reconhecimento de firma no atestado de capacidade técnica não se coaduna com o disposto na legislação e nem na jurisprudência, constituindo-se num excesso de formalismo e em mera circunstância a qual pode ser sanada no decorrer do procedimento, cabendo na hipótese a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Entendimento contrário importaria em privilegiar o excesso de formalismo em detrimento da licitação pública.

Desta forma, entendemos que será dispensado o reconhecimento de firma nos atestados de capacidade técnica.

Está correto o nosso entendimento?

RESPOSTA: Sim. O reconhecimento de firma em atestados de capacidade técnica não constitui requisito essencial de habilitação, tratando-se de formalidade que não interfere no conteúdo probatório do documento.

Assim, os atestados de capacidade técnica serão aceitos independentemente de reconhecimento de firma, podendo o pregoeiro, em caso de dúvida quanto à veracidade, autenticidade ou conteúdo das informações apresentadas, promover as diligências que entender necessárias para sua verificação, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo da regularidade do certame.

7º Contratos firmados em editais sem mão de obra exclusiva pela lei nova

1. Dispõe o edital que:

9.44 - As licitantes deverão apresentar comprovação, por meio de declaração, de relação de relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital.

9.45 - A declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração

do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

De sua parte, o objeto deste certame se refere a:

Fornecimento de solução completa de computação em nuvem, sob o modelo cloud broker (integrador) de multinuvem, com a prestação de serviços gerenciados, visando otimizar a capacidade, escalabilidade e disponibilidade do ambiente computacional e das aplicações do Consórcio de Inovação na Gestão Pública – Ciga,

A jurisprudência do TCU é larga no intuito de ser inadequado a solicitação da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, para fins de qualificação econômico financeira das empresas no certame, **na contratação de prestação de serviços continuados sem dedicação de mão de obra exclusiva, ou serviços de natureza não continuada ou por escopo**, sem a devida justificativa que demonstre ter sido estabelecida em razão das peculiaridades do objeto e, principalmente, defendendo o percentual adotado.

Não obstante, essa exigência tem potencial de restringir a competitividade do certame, e **viola o art. 69, caput e §§ 2º e 5º, da Lei 14.133/2021 e a jurisprudência do TCU, a exemplo da Súmula - TCU 289 e dos Acórdãos 1.712/2015-TCU-Plenário e 592/2016-TCU-Plenário, ambos de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, e Acórdão 8.982/2020-TCU-1ª Câmara, Ministro-Relator Weder de Oliveira.**

Desta forma, considerando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025** não configura contratação de serviços continuados com dedicação de mão de obra exclusiva, entendemos que não há necessidade do envio do documento constante **no item 9.44 e 9.45** haja vista o os índices financeiros maiores ou iguais a um e/ou o **patrimônio líquido de 5%** serem suficientes para atestar a qualificação econômico-financeira da licitante, conforme legislação e jurisprudência sedimentada. Estamos corretos?

RESPOSTA: Não. O entendimento apresentado não procede.

A exigência prevista nos itens 9.44 e 9.45 do edital não se destina a caracterizar o objeto como serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, tampouco se limita às hipóteses de contratação dessa natureza. Trata-se de mecanismo de verificação da real capacidade econômico-financeira do licitante, compatível com o porte, a criticidade e o risco operacional do objeto contratado.

O presente certame não se refere a serviços simples ou de baixo impacto, mas à contratação de solução completa de computação em nuvem no modelo cloud broker multinuvem, envolvendo infraestrutura crítica, continuidade de serviços públicos digitais essenciais, alta disponibilidade, segurança da informação, conformidade com a LGPD e responsabilidade permanente pela gestão, operação e monitoramento de ambientes tecnológicos de elevada complexidade.

Nessa natureza de contratação, a Administração Pública não se limita a avaliar apenas indicadores contábeis formais, como índices financeiros mínimos ou patrimônio líquido isolado, mas deve aferir a capacidade econômico-operacional real do licitante de sustentar múltiplos contratos de alta complexidade simultaneamente, de modo a evitar

riscos de descontinuidade, falhas de desempenho, insolvência contratual e prejuízos à continuidade dos serviços públicos.

A exigência de declaração de compromissos assumidos e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) não constitui requisito exclusivo de contratações com dedicação de mão de obra, mas instrumento legítimo de análise de risco contratual, compatível com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir documentos aptos a demonstrar a capacidade econômico-financeira do licitante para execução do objeto.

Além disso, os próprios itens 9.44 e 9.45 não estabelecem percentuais arbitrários ou restritivos, mas apenas determinam que os compromissos assumidos não superem o patrimônio líquido, com possibilidade de justificativa em caso de variação, o que preserva a razoabilidade, a proporcionalidade e a ampla competitividade.

Portanto, a exigência não restringe indevidamente a competitividade, não afronta a jurisprudência citada e não se confunde com requisitos típicos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, sendo plenamente pertinente e adequada às peculiaridades do objeto licitado.